

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI. Ao décimo sétimo do dia do mês de dezembro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Casa de Participação Comunitária, sito à Av. Rei Alberto I, n. 119, Ponta da Praia, em Santos – São Paulo, com a presença dos integrantes da Comissão, cujas assinaturas constam em lista de presença que faz parte desta ata. Com a palavra à Coordenadora Sra. Marina dá início a reunião. Sra. Tânia – SENAI, solicitou que os materiais de divulgação fossem fornecidos para que pudessem ser divulgados durante as reuniões com os pais de alunos que ocorrem no SENAI. Logo em seguida foram realizadas as modificações e correções necessárias da ata anterior, do mês de novembro. Sra. Marina informou que devido a reunião tumultuada do mês de novembro, não houve o planejamento de pauta para a presente reunião. Sugeriu então que a plenária construísse uma pauta coletiva e que os temas elencados deverão ser esgotados. Sra. Marina colocou três pautas nos Assuntos Gerais, são eles: Ação de Sensibilização, Férias da Coordenadora da CMPETI – Marina e Situações de trabalho infantil nos comércios da cidade de Santos. Raquel Cuellar – Coordenadora do Serviço Especializado de Abordagem Social de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil, colocou como pauta a equipe reduzida de técnicos para a realização das abordagens e identificações de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil. Sra. Márcia – COM-MULHER, também colocou duas pautas: Ação nos Cemitérios e Reuniões Itinerantes. Sra. Marina deu início a pauta, explicando o primeiro item que se referiu a Ação de Sensibilização realizada pelo grupo teatral: “Os Panthanas”. Sra. Marina explicou que o trabalho do grupo teatral será iniciado em dezoito de dezembro e contará com um mês de duração. Sra. Marina informou que enviará o cronograma semanal das atividades que serão desenvolvidas pelo respectivo grupo para a CMPETI, para que seja divulgado amplamente. Também Sra. Marina ressaltou sobre a importância das ações de sensibilização que serão realizadas através do grupo teatral para os munícipes de Santos. Sra. Ana Claudia – Pró Viver sugeriu que essas ações fossem continuadas e permanentes. Sra. Alessandra – MPTE acrescentou que as ações deveriam ocorrer nas comunidades, com a inclusão das famílias. Sra. Márcia relatou que tais ações também deveriam ocorrer nas escolas, centros comunitários e entidades, uma vez que seriam espaços potentes. Sra. Luci Freitas disse que em relação a prática de trabalho infantil, nem sempre o dinheiro vai para a casa da criança e sim para o consumo próprio. Sra. Marina colocou que a SEAS avaliou a pertinência das ações de sensibilização através do grupo teatral “Os Panthanas”, uma vez que o Governo Federal repassa verbas para tais

36 ações, que se referem ao eixo: Ações e Estratégias. Em relação à ocorrência de trabalho
37 infantil nos buffets da cidade de Santos, a Coordenadora Marina revelou que a Secretaria
38 de Assistência Social não possui a competência de desenvolver ações no interior dos
39 mesmos. Contou que em abril houve uma reunião entre o Conselho Tutelar e o Ministério
40 Público do Trabalho e Emprego - MPTE, sendo que o Conselho Tutelar ficou estarelecido
41 ao tomar conhecimento sobre a impressão de que a prática de trabalho infantil nos buffets
42 teria uma conotação positiva por parte do MPTE, não havendo a sinalização do emprego
43 de nenhuma ação. Coordenadora Marina pontuou ainda que não recebeu nenhuma
44 devolutiva após essa reunião que ocorreu em abril. Ressaltou ainda que qualquer órgão
45 pode realizar ações de sensibilizações de combate ao trabalho infantil. A Coordenadora
46 Marina também informou que em janeiro do ano de 2016 irá gozar de suas férias, sendo
47 que estaria impossibilitada de realizar a reunião e solicitou que plenária decidisse se
48 haveria ou não a reunião. A plenária optou por não realizar a reunião no mês de janeiro.
49 Também explicou que solicitou para a Secretaria de Assistência Social – SEAS sua saída
50 da função de Técnica de Referência do PETI. Marina agradeceu a confiança e o
51 aprendizado adquirido durante seu período de Coordenação da CM – PETI. Relatou que
52 irá aguardar outra pessoa que possa ocupar sua função tanto na SEAS, como na CM-
53 PETI. Foi informado que em frente à faculdade UNIMES, existe uma barraca de pastel na
54 qual há uma genitora com um adolescente trabalhando exaustivamente. Sra. Alessandra,
55 representante do Ministério Público do Trabalho e Emprego – MPTE comunicou que irá
56 repassar a referida denúncia para ser apurada e que existe a necessidade de pensarmos
57 em ações articuladas com outros órgãos, como por exemplo: Conselho Tutelar. Sra. Luci
58 Freitas resgatou a existência do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente,
59 atentando sobre a importância de parceiros para o monitoramento das violações de
60 direitos, sendo uma delas o trabalho infantil. Sra. Valéria Galloti explicou à plenária o que
61 seria o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e quem quiser o envio
62 por email, poderia solicita-lo. Coordenadora Marina elucidou o movimento realizado pela
63 Subcomissão no que se refere as necessidades apontadas pelo Serviço Especializado de
64 Abordagem Social a crianças e adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil, as
65 quais foram levadas para o conhecimento da Câmara Municipal, havendo a negativa
66 diante das necessidades existentes. Ao ser questionada diante da problemática da
67 ocorrência de trabalho infantil e suas competências enquanto MPTE, Sra. Alessandra
68 informou que não existe o número de recursos humanos suficientes para dar conta diante
69 da demanda e que os auditores fiscais continuam em estado de greve, fato que prejudica
70 o andamento do trabalho. No entanto, ressaltou que as denúncias encaminhadas ao
71 MPTE estão sendo atendidas. Sra. Luci Freitas explicou sobre sua experiência e relatou

5
6

72 que alguns meninos que estão na prática de trabalho infantil, são de outros municípios
73 vizinhos e sugeriu a realização de uma ação metropolitana. A Coordenadora do Serviço
74 Especializado de Abordagem Social a crianças e adolescentes em situação de rua e/ou
75 trabalho infantil, Sra. Raquel sobre as ações metropolitanas com os municípios de São
76 Vicente e que estamos na tentativa de realizar também com o município do Guarujá. A
77 Coordenadora Marina relatou que é um prejuízo muito grande para a execução do
78 trabalho a não ampliação da equipe. A Sra. Ana Claudia, representante da Pró- Viver,
79 pontuou que lamenta muito pela não ampliação da equipe de Abordagem Social, uma vez
80 que no Morro da Penha existem muitas situações que envolvem crianças e adolescentes
81 na prática de trabalho infantil. A Sra. Margareth C. Pinto, SEDUC, informou que a evasão
82 escolar e o desinteresse dos pais e responsáveis, são grandes desafios a serem
83 enfrentados. Foi mencionada a importância de ações de sensibilizações nas escolas e a
84 Sra. Raquel Coordenadora do Serviço de Abordagem Social enfatizou que o serviço
85 sozinho não dará conta, que será necessário a participação das demais políticas públicas.
86 Sra. Coordenadora Marina relatou que esta comissão poderia planejar ações com um
87 cronograma para encontro com os grêmios Estudantis nas escolas com maior incidência
88 de trabalho infantil. Também sugeriu que fosse publicada a resposta à A Tribuna e a
89 Recomendação realizada pela Subcomissão ao CMDCA. Sra. Márcia, COM – MULHER
90 explicou o sentido das reuniões itinerantes e pontuou que na reunião do mês passado,
91 houve um equívoco no entendimento dessas reuniões. A mesma deu exemplo de
92 reuniões itinerantes que são realizadas através do COM – MULHER nos territórios mais
93 vulneráveis. Sra. Luci Freitas pontuou que seria importante a garantia de transporte para
94 a participação nestas reuniões. A plenária foi a favor da realização de reuniões itinerantes.
95 Levantado também a ocorrência de trabalho infantil no interior dos cemitérios e os
96 encaminhamentos foram: encaminhamento desta problemática ao CMDCA e Sra.
97 Alessandra do MPTE ficou verificar a possibilidade de participação da parte técnica para
98 explicar os procedimentos de apuração das denúncias. E sem mais nada a falar encerra-
99 se a reunião.

100

101
102
103

Marina Carvalho Penteadó
COORDENADORA

Raquel Cuellar do Nascimento
SECRETÁRIA

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124 Não houve inscritos para os assuntos gerais. E sem mais nada a falar encerra-se a
125 reunião.

126

127

128

129

Marina Carvalho Penteadó
COORDENADORA

Raquel Cuellar do Nascimento
SECRETÁRIA